

Carne bovina I

*Ban Brazilian Beef*Adriano J. Timossi¹

A CAMPANHA *Ban Brazilian Beef*, encabeçada pela Associação de Agricultores da Irlanda, (Irish Farmers Association – IFA) e pela revista dos agricultores irlandeses (*Irish Farmers Journal* – IFJ), foi resultado de um longo trabalho e de uma organização institucional forte. Por diversas razões culturais e políticas, houve certa desconsideração por parte do Brasil sobre o potencial real dessa entidade e de suas “revelações”, sobretudo, de maio de 2007, após uma missão de investigação não-oficial realizada no País.

A IFA realizou duas visitas ao Brasil, em 2006 e 2007, que serviram de base para a campanha de difamação. A segunda delas teve maior impacto, com a edição de um vídeo e de um relatório muito bem elaborado, com as chamadas “verdades sobre a pecuária brasileira”. Com esse material, os irlandeses ganharam apoio de importantes políticos. Eles encontraram na campanha uma oportunidade única de crescer fortemente na mídia, lucrando com votos nas próximas eleições.

Apesar de muitos outros políticos regionais e europeus igualmente abraçarem a campanha, três grandes exemplos de personagens nessa questão são:

- O ex-ministro de Estado de Agricultura irlandês Liam Aylward, e atualmente membro do Parlamento Europeu;
- O jovem euro-parlamentar escocês Alyn Smith, do Scottish National Party (que ganhou as eleições de maio passado na Escócia);
- presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, o agricultor inglês Neil Parish.

Certamente, muitos outros políticos defensores da interdição total da importação de carne bovina brasileira fazem muito sucesso e contam com a reeleição garantida na próxima candidatura. A aliança entre agricultores e parlamentares pode ter sido um fator muito importante na decisão final europeia. Esse grupo por inúmeras vezes colocou o Comissário Europeu de Saúde Marcos Kyprianou contra a parede, acusando-o de fechar os olhos para a “realidade da pecuária brasileira”.

Junto com os relatórios da Food Veterinary Office (FVO), órgão responsável pelas inspeções no Brasil, eles apontam o grande abismo existente entre o sistema de

produção europeu, “de elevados *standards*”, e do Brasil, com “grandes falhas”. Isso coloca a agricultura europeia em “sério risco de vir a enfrentar uma nova crise de febre aftosa caso o produto brasileiro não seja banido totalmente”. O euro-parlamentar escocês Alyn Smith, por exemplo, disse recentemente que “se os agricultores da UE praticassem os mesmos *standards* de produção do Brasil, estariam na prisão e seu gado seria jogado no lixo”.

O comissário Marcos Kyprianou e sua equipe fizeram grandes esforços para defender o Brasil em inúmeras ocasiões, embora isso tenha gerado muita discussão interna. O bom exemplo da defesa

Breve cronologia da campanha *Ban Brazilian Beef*

2006	
Maio	Primeira visita da IFA e IFJ ao Brasil
Julho	Apresentação da IFA na Comissão de Agricultura do Parlamento Irlandês
2007	
Março	Visita de inspeção do Food Veterinary Office ao Brasil – “cartão amarelo” ao País
Maio	Segunda visita da IFA e IFJ ao Brasil – Relatório e vídeo <i>Verdades sobre a Pecuária no Brasil</i>
Junho	Aliança estratégica entre IFA e SBCA em Edimburgo. Acusam a comissão de favoritismo ao Brasil
Julho	Apresentação da IFA/SBCA na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu (apoio a campanha)
Setembro	Declaração escrita de euro-parlamentares pede interdição total das importações de carne bovina do Brasil
Outubro	IFA/ representantes invadem escritório da FVO em Dublin. Exigem a publicação do relatório de março
Novembro	Visita de inspeção do Food Veterinary Office ao Brasil. Relatam “problemas não solucionados”
Dezembro	Comitê Permanente para Cadeia Alimentar e Saúde Animal da Comissão Europeia anuncia restrições

Elaboração: Adriano J. Timossi 2007

foram seus pronunciamentos em audiências nos parlamentos de países membros, nas reuniões com o DG Agricultura e no parlamento europeu. As provas podem ser encontradas nos relatórios dos encontros nas respectivas instituições.

Apesar dos esforços, não conseguem resistir mais aos ataques, que, em parte, passaram do campo técnico para o político. O problema maior é o isolamento do grupo no tema, com poucos argumentos para rebater as acusações de muitos colegas oficiais da comissão.

Nesse contexto, deve ser dito que o Brasil não conseguiu lidar com os pontos fracos alertados em relatórios anteriores pelas inspeções da FVO. Isso vem lá de abril. Em outubro, foi dado outro aviso, quando da visita do ministro da Agricultura brasileiro a Bruxelas. A visita foi marcada também pelo boicote dos euro-parlamentares ao encontro com o ministro.

Os problemas com a UE deixam o Brasil ainda mais longe do sonho de um dia poder ter seu “boi verde”, produzido no Pantanal, por meio de um sistema extensivo em perfeita harmonia com o meio ambiente, nas prateleiras do luxuoso supermercado Marks & Spencer.

Isso, lado a lado, com o *british beef* e o *irish beef*, produzidos à custa de danos ambientais, graças a um rombo no orçamento da UE e saque aos contribuintes. Um *footprint* elevadíssimo, com graves riscos sanitários, sobretudo em 2007, com blue tongue, tuberculosis bovine, febre aftosa, swine fever, gripe aviária, que perderam importância na mídia graças ao sucesso da campanha contra o Brasil! Por último, o impacto negativo no cenário global, que contribui para disseminar a pobreza nos países do Sul.

Não há dúvidas de que os resultados de novas campanhas, ainda mais fortemente organizadas politicamente, deverão criar empecilhos para os demais produtos agrícolas do Brasil no mercado europeu e outros mercados mundiais.

O próximo produto poderá ser o etanol. A UE prepara uma legislação para limitar as importações de apenas biocombustíveis “produzidos de modo sustentável”.

Muita atenção

A polêmica da carne brasileira na UE confirma mais uma vez que o Brasil deve fazer grandes esforços para avançar culturalmente e politicamente ao patamar necessário para conduzir e defender seu potencial agrícola no mercado mundial. A decisão europeia abre caminho para uma nova fase nas relações comerciais entre Brasil e o bloco, bem como nas relações com terceiros países compradores de produtos brasileiros. O governo, sua representação internacional, parlamentares, lideranças do setor e agricultores, deveriam fazer uma profunda reflexão sobre o assunto.

Desde 2002, desenvolvemos contato direto com agricultores e oficiais europeus, fruto das experiências de trabalho adquiridas no parlamento da Escócia e no DG Agricultura da Comissão Europeia, unidade de Política e Comércio Agrícola, com atuação como oficial administrativo júnior, em *training programme* iniciado em outubro de 2005, momento da crise de febre aftosa.

É importante termos acesso e conhecermos o relatório do pecuarista escocês David Ismail, que acusou o País de uso de trabalho escravo na produção de carnes. Outra referência importante é o parlamentar escocês Alyn Smith.

Durante o lançamento da campanha *Ban Brazilian Beef* na Escócia, a apresentação do vídeo original e do relatório pela IFA chamaram muita atenção. Do mesmo modo, a visita ao Royal Highland Show 2007. Lá foi lançada uma campanha de assinaturas pela Associação Escocesa de Pecuaristas (SBCA), com pedido de interdição total das importações do Brasil, (enviado ao Comitê de Petições do Parlamento Europeu). Tudo isso faz parte do esforço para acompanhar de perto o caso da carne brasileira, e retransmitir informações e alertas aos oficiais brasileiros do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério das Relações Exteriores.

Isso será a abertura da porta para medidas protecionistas contra o produto brasileiro. Ainda este ano, por exemplo, devem ser publicados um estudo com a avaliação dos subsídios ao etanol brasileiro e uma declaração sobre os impactos ambientais do produto por duas instituições com forte poder de influência na mídia e nos chamados *policy makers*. Esses materiais devem causar impacto negativo e prejudicar seriamente os esforços do País para promover os biocombustíveis.

A situação atual de crise da pecuária brasileira na UE traz à baila, novamente, a necessidade de se avançar nas discussões sobre a criação de cargos de adidos agrícolas e de Escritórios de Agricultura. Lembramos que medidas de segurança devem ser tomadas para que esses sejam técnicos com experiência de campo, para evitar a criação de cabides de empregos para apadrinhados de políticos. O projeto em questão é uma requisição de longa data do setor e, uma vez bem implemen-

tado, será um passo importante rumo à consolidação da inteligência da agricultura brasileira nos mercados europeu e de interesse. Será ainda, um passo avanti indispensável para resgatar a credibilidade do País, e para defender e promover seu produto no mercado internacional com maior eficiência diante do forte *lobby* agrícola de mercados concorrentes, como no caso dos europeus e de suas campanhas futuras.

Espera-se, com isso, que a agricultura brasileira, pagadora da conta do País, responsável pelo *surplus* na sua balança comercial, possa, finalmente, dar maiores garantias aos agricultores, que, no campo, batalham no dia-a-dia, “faça sol ou faça chuva” e que, tradicionalmente, são os maiores prejudicados com as grandes decisões tais como as da UE. ■

1 Consultor em Comércio e Política Agrícola e Desenvolvimento Internacional com diploma em Estudos Europeus pelo Collegio Europeo di Parma